

STJ00098059

TIAGO FIGO

TUTELA JUSCIVILÍSTICA DA VIDA PRÉ-NATAL

O CONCEITO DE PESSOA REVISITADO



Coimbra Editora

STJ00098059

Título

TUTELA JUSCIVILÍSTICA DA VIDA PRÉ-NATAL

1.ª Edição, Junho 2013

Autor

TIAGO FIGO

Editor



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISBN 978-972-32-2132-9

Depósito Legal n.º 360 577/2013

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

FREITAS, Tiago Figo

Tutela juscivilística da vida pré-natal : o
conceito de pessoa revisitado
ISBN 978-972-32-2132-9

CDU 347

Qualquer reprodução desta obra, total ou parcial, que não tenha sido previamente autorizada pelo Editor, pode constituir crime ou infração, puníveis nos termos da legislação aplicável.

ÍNDICE GERAL

	Págs.
NOTA PRÉVIA	9
ADVERTÊNCIAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1. Identificação do objecto	13
1.1. A partir da delimitação subjectiva ou temporal da personalidade humana.....	13
1.2. O conceito de nascituro.....	16
2. Sequência	20

PARTE I

A VIDA PRÉ-NATAL E O DIREITO CONSTITUÍDO

CAPÍTULO I

O INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

3. O nascimento.....	23
3.1. O nascimento como facto jurídico.....	23
3.2. Condições de reconhecimento da personalidade.....	24

CAPÍTULO II

CONCRETIZAÇÕES DA TUTELA JUSCIVILÍSTICA DOS NASCITUROS

4. Caracterização geral.....	27
------------------------------	----

	Págs.
5. O direito dos contratos em especial	29
5.1. Princípio geral.....	29
5.2. Doações a nscituros.....	31
a) Generalidades	31
b) Aceitação e rejeição.....	34
c) Administração dos bens doados.....	36
6. O direito das sucessões.....	37
6.1. Generalidades.....	37
6.2. Vocação sucessória.....	41
a) Fonte da vocação	41
b) Natureza jurídica da vocação	42
c) Pressupostos da vocação.....	47
6.3. Aceitação e repúdio.....	49
6.4. Administração.....	50
a) A quem compete	50
b) Poderes de administração.....	51
6.5. Partilha.....	51
7. O direito das coisas.....	54
7.1. A constituição de usufruto	54
8. O direito da família	57
8.1. O direito da filiação.....	57
8.1.1. Estabelecimento da filiação	57
a) Presunção de paternidade	57
b) Perfilhação de nascituros.....	58
c) Legitimidade processual.....	60
d) Estabelecimento da maternidade.....	61
8.1.2. Efeitos da filiação.....	63
a) Poder-dever de representação	63
b) Poder-dever de administração	64
c) Outras responsabilidades parentais?	67

	Págs.
8.2. Adopção de nascituros	69
a) Admissibilidade?	69
b) O contrato de gestação e a dação de embriões	71
8.3. Obrigação de alimentos?	73
9. A tutela civilística do nascituro e a PMA	75
9.1. Capacidade sucessória	75
9.2. Estabelecimento da filiação	78

PARTE II

A QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DO NASCITURO

CAPÍTULO I

O ESTATUTO DOS NASCITUROS NÃO CONCEBIDOS

10. Breve referência.....	83
---------------------------	----

CAPÍTULO II

O ESTATUTO DOS NASCITUROS CONCEBIDOS

11. O regime constante do art. 66.º CCiv.....	87
11.1. Exclusão de personalidade e condição legal suspensiva	87
11.2. Avaliação crítica.....	92
12. Doutrinas justificativas da situação dos nascituros concebidos.....	93
12.1. Tese dos <i>direitos sem sujeito</i>	93
12.2. Tese dos <i>estados de vinculação de certos bens</i>	95
12.3. Tese da <i>personalidade retroactiva</i>	95
12.4. Tese da <i>personalidade fictícia</i>	97
12.5. Tese da <i>obnubilação de sujeitos</i>	97
12.6. Tese da <i>expectativa de aquisição de direitos</i>	97
12.7. Apreciação conjunta	100

	Págs.
13. Contributos dogmáticos para uma personalidade jurídica pré-natal.....	104
13.1. A tese de R. CAPELO DE SOUSA: o <i>ciclo do bem da personalidade</i>	104
a) Exposição	104
b) Avaliação crítica.....	105
13.2. A tese de J. OLIVEIRA ASCENSÃO: o <i>direito ao ressarcimento</i>	107
a) Exposição	107
b) Avaliação crítica.....	108
13.3. A tese de A. MENEZES CORDEIRO: o <i>direito à vida</i>	109
a) Exposição	109
b) Avaliação crítica.....	110
13.4. A tese de P. PAIS DE VASCONCELOS: a <i>personalidade resolúvel</i>	110
a) Exposição	110
b) Avaliação crítica.....	111

CAPÍTULO III

A VIDA PRÉ-NATAL E O DIREITO CONSTITUENDO: POSIÇÃO ADOPTADA

14. Exposição	113
14.1. Personalidade jurídica pré-natal	113
14.2. Personalidade jurídica dos nascituros concebidos	120
14.3. Personalidade jurídica desde a concepção	120
14.4. Personalidade jurídica parcial e <i>numerus clausus</i> de direitos	122
14.5. Tutela de bens da personalidade	129
15. Alguns traços argumentativos.....	135
15.1. Argumentos biológicos	135
15.2. A continuidade entre as vertentes biológica, ontológica e jurídica da pessoa	138
15.3. Uma coordenada jus-filosófica.....	140

	Págs.
15.4. Argumento histórico.....	143
15.5. O nascituro enquanto objecto de protecção (<i>excurso</i>)	144
<i>a)</i> Os textos internacionais	144
<i>b)</i> A Constituição	145
<i>c)</i> O direito penal.....	152
<i>d)</i> O direito biomédico.....	165
<i>e)</i> O direito processual civil.....	166
<i>f)</i> O direito processual penal.....	167
<i>g)</i> O direito registral civil	168
<i>h)</i> O direito do trabalho e da segurança social.....	169
<i>i)</i> O direito profissional	171
15.6. Um argumento de maioria de razão	172
<i>a)</i> Uma personalidade supérstite?.....	172
<i>b)</i> A personalidade colectiva	174
<i>c)</i> Balanço.....	176
16. <i>Que</i> direitos de personalidade?.....	178
16.1. A tutela geral da personalidade.....	178
16.2. Direitos especiais de personalidade.....	180
16.2.1. O direito à vida e à integridade física	181
16.2.2. O direito à integridade moral.....	182
16.2.3. O direito à identidade pessoal e genética.....	183
16.2.4. Direito ao nome?	187
16.2.5. Direito à imagem?	188
16.3. Outros direitos	189
16.3.1. Direito ao livre desenvolvimento da personalidade....	189
<i>a)</i> Generalidades	189
<i>b)</i> A perda de progenitor	190
16.3.2. Direito <i>a não nascer?</i> (<i>excurso</i>).....	192
16.4. Direitos do embrião não implantado?	202
17. A garantia civilística da vida pré-natal: responsabilidade civil	205
17.1. Generalidades	205
17.2. Pressupostos.....	208

	Págs.
18. A garantia civilística da vida pré-natal: outras providências	214
18.1. Breve referência	214
19. A garantia civilística da vida pré-natal: enfoque prático	215
19.1. O momento da produção do dano	215
19.2. Indemnização em caso de não nascimento?	216
20. Outras questões práticas da personalização pré-natal	221
20.1. Efeitos sucessórios?	221
20.2. Outros efeitos	222

CONCLUSÕES	225
-------------------------	-----

APÊNDICES

Apêndice I — Legislação	239
Apêndice II — Jurisprudência	269

ÍNDICES

Índice de abreviaturas	301
Índice bibliográfico	305
Índice geral	329